



O ARQUIVO E A ORGANIZAÇÃO DO DITO E DO VISÍVEL: ARMAZENAMENTO E CIRCULAÇÃO DOS SABERES SILENCIADOS NAS TRAMAS HIPERTEXTUAIS

Rosane Borges¹

Resumo: Neste artigo, nos apoiamos em algumas reflexões que serpenteiam caminhos que seguem trilhas da filosofia, da história e dos recentes debates sobre o estatuto do propagável na cultura da conexão. Aqui, a noção de arquivo (da forma pensada por autores como Joseph Ki-Zerbo e Michel Foucault,) é basilar, pois visa demonstrar que a organização do dito percorre uma trajetória seletiva que nem sempre consegue pôr em cena saberes historicamente silenciados ou rebaixados. Ainda que a Internet tenha possibilitado um acesso inaudito às diversas formas de produção do conhecimento, persistem, na teia intrincada de linguagens e códigos, fluxos que ordenam a informação a partir de discursos hegemônicos. A discussão que se põe em cena parte de uma trajetória convergente, de dupla face: adota as reflexões de pensadoras e pensadores negros, a exemplo de Sueli Carneiro, Mundinha Araújo e Edson Cardoso, no que diz respeito à construção e visibilidade do patrimônio africano e afro-brasileiro para tensionar o universo plural, habitado por várias linguagens, dos espaços digitais.

Palavras-chave: arquivo; linguagens hipertextuais; saberes silenciados; educação.

THE ARCHIVE AND THE ORGANIZATION OF THE SAID AND THE VISIBLE: STORAGE AND MOVEMENT OF SILENCED KNOWLEDGE IN HYPERTEXT PLOTS

Abstract: In this article, we rely on some thoughts that go through the paths of philosophy, history and the recent debates on the status of what can be propagated in the connection's culture. Here, the file notion (in the way it was thought by authors such as Joseph Ki-Zerbo and Michel Foucault) is fundamental, as it aims to demonstrate that the organization of the said runs a selective trajectory that cannot always put into play knowledge historically silenced or lowered. Although the Internet has made possible an unprecedented access to various forms of production of knowledge, persist, in the intricate web of languages and codes, flows that command information from hegemonic discourses. The discussion that puts on the scene, part from a convergent trajectory, double-sided: adopts the reflections of thinkers and black thinkers, such as Sueli Carneiro, Mundinha Araujo and Edson Cardoso, with regard to the construction and visibility of the African and African-Brazilian heritage to tension the plural universe, inhabited by several languages, of the digital spaces.

Keywords: archive; hypertext languages; silenced knowledge; education.

L'ARCHIVE ET L'ORGANISATION DU DIT ET DU VISIBLE: LE STOCKAGE ET LA CIRCULATION DE LA CONNAISSANCES AU SILENCE DANS LES TRAMES HYPERTEXTES

¹ Pós-doutoranda pela Escola de Comunicações e Artes da USP, integrante do grupo de pesquisa Midiato da mesma escola, professora da UEL, jornalista, pesquisadora na área de relações raciais, comunicação e educação, integrante da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra, OAB-SP.



Résumé: Dans cet article, nous nous appuyons sur quelques réflexions qui serpentent des chemins qui suivent la philosophie, l'histoire et les récents débats sur le statut de propage dans la culture de connexion. Ici, la notion d'archive (de forme pensée par des auteurs comme Joseph Ki-Zerbo et Michel Foucault) est baliser, car cherche démontrer que l'organisation du dit parcourt une trajectoire sélective qui ne peuvent toujours mettre en scène connaissances historiquement en silence. Bien que l'Internet a rendu possible un accès sans précédent aux diverses formes de production du savoir, continuer dans le réseau complexe de langues et les codes, les flux les informations de commande de discours hégémoniques. La discussion qui se met en scène part de une trajectoire convergent, double-face: adopte les réflexions des penseurs noirs et noires, comme Sueli Carneiro, Mundinha Araujo et Edson Cardoso, en ce qui concerne la construction et la visibilité du patrimoine africain et afro-brésilien pour faire une tension de l'univers pluriel, habitée par plusieurs langues, espaces digitales.

Mots-clés: Archive; langages hypertextes; connaissances en silence; l'éducation.

EL ARCHIVO Y LA ORGANIZACION DE LO DICHO Y DEL VISIBLE: ARMAZENAMIENTO Y CIRCULACION DE LOS SABERES SILENCIADOS EN PANTALLAS HIPERTEXTUALES

Resumen: En este artículo, la base para algunas reflexiones siguen caminos de la filosofía, de la historia y de los recientes debates sobre el estatuto del propagable en la cultura de la conexión. Aquí, la noción de archivo (de la manera imaginada por autores como Joseph Ki-Zerbo y Michel Foucault) es fundamental, pues pretende demostrar que la organización del dicho percurre una trayectoria selectiva, ni siempre consigue presentar encenas de saberes historicamente silenciados o rebajados. Aún que la internet tenga posibilitado un acceso a las diversas formas de producción de conocimiento, persiste en la pantalla compleja de lenguajes y códigos, flujos que ordenan la información a partir de los discursos hegemónicos. La discusión que se pone en el debate parte de una trayectoria convergente, de doble cara: adopta las reflexiones de pensadoras y pensadores negros, a ejemplo de Sueli Carneiro, Mundinha Araújo y Edson Cardoso, en lo que dice respeto a la construcción y la visibilidad del patrimonio africano y afro-brasileño para tensionar el universo plural, habitado por varias lenguajes, de los espacios digitales.

Palabras-clave: archivo; lenguajes hipertextuales; saberes silenciados; educación.

Para Mundinha Araújo, historiadora e ativista do movimento negro no Maranhão, responsável pela atualização do arquivo da memória afro-diaspórica, e para Aline Matos, estudiosa que escava, a partir da filosofia, nomes silenciados pelos saberes consagrados.

PRÓLOGO: A TÉCNICA, A LINGUAGEM E A PRODUÇÃO DO SABER

porque não é verdade que a obra do homem está acabada
que não temos nada a fazer no mundo
que parasitamos o mundo
que basta que marquemos o nosso passo pelo passo do mundo
ao contrário, a obra do homem apenas começou



(...)

e nenhuma raça possui o monopólio da beleza, da inteligência, da força
e há lugar para todos no encontro marcado da conquista e sabemos agora que o sol gira em torno da terra iluminando a parcela fixada por nossa única vontade e que toda estrela cai do céu na terra pelo nosso comando sem limite.

Aimé Césaire²

Quando fui convidada pela ABPN a escrever artigo para a revista da Associação, cujo dossiê é ordenado pelo tema “Relações Raciais e Linguagens”, imediatamente me vieram à mente reflexões sobre a linguagem no contexto tecnológico de nosso tempo. Enfeixadas por um caleidoscópio de temas que vertebram os problemas e desafios contemporâneos, tais reflexões, vistas de maneira amplificadas, nos levaram a pensar em questões referentes à difusão dos conhecimentos e saberes soterrados, marginalizados, e aos novos processos de memorização que emergem em escala planetária.

O mundo da técnica, como sabemos, nos legou um amplo leque de utopias e crenças. Entre elas, assinalamos as que moram na ideia de progresso inexorável, responsáveis por pintar um horizonte promissor, no qual os artefatos tecnológicos são considerados força motora universal com poder para banir a insegurança, o medo e oferecer melhor performatividade às ações humanas. Embalados por essas crenças, proclamou-se, entusiasticamente, a concretização de um mundo edulcorado, conectado planetariamente, transparente, ágil, onde a informação seria a *commodity* principal das trocas em curso. A educação foi alvo prioritário de muitas análises: distinções entre aprender e educar ganharam impulso renovado, novas e inventivas formas de aprender e ensinar ocuparam lugar privilegiado no painel das investigações na área. De maneira efusiva, atribuímos mais uma etiqueta à sociedade, que passou a ser chamada de *sociedade da informação e do conhecimento...*

Um olhar, mesmo que em sobrevoo, a esse mundo pleno de conquistas e soluções não nos autoriza, contudo, a validá-lo. Não tardou para brotarem aqui e ali

²Aimé Fernand David Césaire (1913-2008), nascido na Martinica, foi poeta, dramaturgo, ensaísta e um dos mentores políticos da negritude, junto com o presidente do Senegal, LéopoldSédarSenghor. Considerado um dos mais importantes poetas surrealistas da história, conforme declarou André Breton, para quem Césaire foi o maior monumento lírico de seu tempo, Césaire recebeu do governo francês as Obséquias Nacionais, concedidas antes somente para poetas como Paul Valéry e Victor Hugo. De acordo com Sartre, o mentor do movimento da negritude foi o grande poeta da língua francesa.



críticas que flagraram os persistentes problemas e desafios que não recuaram mesmo com a ingerência da técnica em nossas vidas. De nossa perspectiva, interessa-nos examinar as questões que envolvem os modos de *armazenamento* e *circulação* do patrimônio africano e afro-diaspórico nas teias hipertextuais da *web*.

Ao dialogar com os novos arranjos escriturais da *web*, enfrenta o desafio posto por aquelas pensadoras e pensador, demonstrando que a Internet, não torna tudo transparente, como se tende a crê, mas pode laborar para soterrar nas profundezas do seu espaço uma gama de saberes tidos como marginais. O enfrentamento dessas questões recai sobre o escopo da Lei 10.639/03 e sugere a adoção, no território do pedagógico, de uma perspectiva abrangente que pense os limites e possibilidades de uma educação plural que não receie ir além das consagradas discussões circunscritas, muitas vezes, aos muros escolares sem vinculação direta com a realidade que se constrói cada vez mais dentro e frente às telas. Não pomos em questionamento o fato de que a matéria-prima que constitui o mundo de hoje é feita de mensagens, códigos, informações, onde tudo flui no sistema nervoso digital. Técnica e linguagem parecem se fundir, ofertando-nos múltiplas possibilidades de tecer histórias, produzir narrativas, projetar provisórias identidades, redefinir os limites da nossa existência. Segundo o artista digital Edmund Couchot, “não existe homem sem objetos técnicos, da mesma forma que não há homem sem linguagem”. A linguagem, como sabemos, constitui-se em mediação universal do ser humano, o que levou Michel Foucault a sentenciar: “o modo de utilizar a linguagem em uma cultura e em um momento dados está intimamente ligado a todas as outras formas de pensamento” (1994, p. 543). Onde podemos concluir que as mudanças de suporte tecnológico – da grafosfera para a mídiasfera – não são acessórias; dessas mudanças advém uma nova inteligibilidade instaurada pela linguagem.

A LINGUAGEM E SUA DOBRA ORIGINÁRIA: O SEGREDO QUE TODOS NÓS CARREGAMOS

Se a linguagem funda inteligibilidades, há que se ponderar sobre três acepções que orbitam o campo de estudos sobre o assunto: 1) a *linguagem como espelho da realidade*; 2) a *linguagem como instrumento da comunicação*; e 3) a *linguagem como fundante das relações sociais e instituinte do humano*.



A primeira acepção concebe a linguagem como representação direta do pensamento, como um “espelho” da realidade, mero apêndice dos fatos. Já que a função da linguagem é exprimir um pensamento, expressar-se bem é sinônimo de pensar bem; A segunda acepção, muito corrente, vê a linguagem como instrumento de comunicação, veículo de nossos discursos. A língua é vista como um código (conjunto de signos que se combinam de acordo com regras estabelecidas), por meio do qual emissores e receptores permutam mensagens. A ascensão e predomínio das mídias impressas e eletrônicas consolidaram essa perspectiva, fazendo do aspecto técnico-instrumental (do qual Walter Benjamin se distanciou) a sua ponta mais visível.

A terceira corrente de estudos, a qual nos afiliamos, compreende a linguagem como instituinte do humano, morada do homem, disso já falara Heidegger. Flagramos um maciço investimento da filosofia, nas suas diversas perspectivas e tradições, em assinalar esse viés, em apontar na Linguagem (com L maiúsculo) o lugar de antecedência na ascensão do humano. É dessa concepção de Linguagem que nos banha, que é nossa morada, que nos ultrapassa, que a psicanálise colhe os rastros significantes para validar o saber inconsciente.

Uma lição se delinea com esse painel brevemente esboçado: do lugar em que pensamos a gestão do tecnológico, resulta impossível desconsiderar a última acepção. A semioticista Julia Kristeva dá algumas pistas para transcendermos a dimensão instrumental da linguagem. Para a autora, o questionamento “qual é a função primeira da linguagem: a de produzir um pensamento ou a de comunicar?” (1997, p. 18) não faz sentido, pois a linguagem é tudo isso ao mesmo tempo. O filósofo e ensaísta Vilém Flusser advertiu que “somos como pequenos portões pelos quais ela [a linguagem] passa para depois continuar em seu avanço rumo ao desconhecido. Mas no momento de sua passagem pelo nosso pequeno portão, sentimos poder utilizá-la”. (2004, p. 37).

Normalmente, tomamos a linguagem em seu aspecto veicular, sentimos sua materialidade apenas no momento de sua passagem pelo nosso pequeno portão, como uma ferramenta do comunicar, pura e simplesmente. Transige-se do fato de que o enredo (os discursos, as linguagens, com *l* minúsculo que habitam os suportes técnicos) está envolvido com o seu protagonista oculto: a Linguagem, com *L* maiúsculo. Considero que um dos desafios mais antigos da existência humana está na tarefa de dar conta desse imperativo duplo: além de correias de transmissão (este aspecto é apenas a parte emersa do *iceberg*) os discursos são, antes, efeitos do significante, construtores de



laços sociais, de vínculos. A desconsideração desse duplo imperativo é o nosso problema congênito. (cf. Borges, 2008).

O PERCURSO DA LINGUAGEM NA CADEIA SIMBÓLICA, PARA ALÉM DA TÉCNICA

Desse modo, o destaque para as concepções de linguagem não é mero recurso explicativo; tem, antes, o propósito de apontar nesta dobra originária (a linguagem como veículo da comunicação e, ao mesmo tempo, instituinte do humano e das relações sociais) a dinâmica discursiva que promove articulações por onde o saber, o conhecimento e a memória são produzidos e propagados. Cada tecnologia da linguagem reinstala os parâmetros da existência, como afirmamos, o que não significa dizer que estamos outorgando à técnica um papel preponderante e definitivo para a definição do jogo social.

O atual ministro da Educação e professor de filosofia da USP, Renato Janine Ribeiro, no lastro de Martin Heidegger adverte para o fato de que: “A essência da técnica não é nada de técnico.” Ribeiro reposiciona o papel das ciências humanas, que é o de “promover a discussão mais aprofundada sobre uma sociedade profundamente mergulhada na tecnologia, a ponto de esquecer os fins em favor dos meios. (...) nosso papel é absolutamente central neste mundo que dá tanta importância aos aportes tecnológicos”. (<http://www.geledes.org.br/essencia-da-tecnica-nao-e-nada-de-tecnico-entrevista-especial-com-renato-janine-ribeiro/#ixzz3fpbNRiZQ>). Último acesso: 11 de julho de 2015).

Não é, assim, a performatividade tecnológica pura e simplesmente que agrega valor ao *social*, mas sua conexão com relações intersubjetivas, políticas e econômicas, o que lhe confere uma potência transformadora. Ao percorrer esse curso de potentes mudanças “a tecnologia como forma hegemônica de consciência histórica é vetor de uma mutação antropológica, já visível nas gerações que nascem e se desenvolvem com novas aptidões neurológicas e novas disposições mentais frente à moralidade”. (SODRÉ. Sobre os crimes de ódio. In: www.observatoriodaimprensa.com.br. Último acesso: 12 de julho de 2015).

Na atmosfera de mutações das antigas ordens de representação, dos saberes e da produção da subjetividade é preciso desenhar outras rotas analíticas, prospectar novos desafios que emergem, às vezes, em escala inaudita; urgente se faz recolocar em nova



perspectiva os problemas que insistem, reeditados ao sabor do reordenamento tecnológico, apontando as contradições que dele advém.

Assim, o rol de questionamentos pertinentes à produção e difusão do saber, às possibilidades de dar visibilidade aos saberes invisibilizados tem, por força do imperativo tecnológico, suas pistas retraçadas, seus ângulos retocados e suas arestas polidas: Como refletir sobre a dinâmica cultural encetada pelas *tecnologias do reprodutível, da difusão, do disponível, do acesso* e as mais recentes *tecnologias da conexão*?³ Em que tudo isso afeta os sistemas de transmissão do saber, apoiados nos usos de ferramentas a serviço das atividades pedagógicas desde o século XVIII (o livro impresso é exemplo mais bem acabado)? Como pensar nas formas de produção e difusão do conhecimento numa sociedade em que somos constantemente açulados a mostrar sempre, a nos deixar levar pelo regime de visibilidade? É possível estabelecer parâmetros razoáveis de construção do saber, numa cultura agorista, que presentifica a vida, de modo a nos condenar a viver no eterno gerúndio? Como fazer da dita “sociedade da informação” e do “conhecimento” um lugar capaz de abrigar as polifonias do saber, as múltiplas formas de ser e estar no mundo?

Esses questionamentos ganham contornos mais expressivos quando pensamos no par transparência *versus* opacidade, binômio responsável por estabelecer as articulações sociais do nosso tempo.

TRANSPARÊNCIA E OPACIDADE: O ACESSO AO MUNDO, AQUI E AGORA

Um dos imperativos que governa o mundo contemporâneo pode ser sintetizado no par *transparência* e *opacidade*. Repete-se incansavelmente que a transparência é a palavra de ordem capaz de promover o frágil laço social que nos mantém atado ao outro, possibilitando, dessa forma, a sociabilidade; ela é condição *sine qua non* para que indivíduos, grupos, organizações sobrevivam à lógica regida pela visibilidade excessiva.

³ As chamadas eras das linguagens e suportes de transmissão recebem várias classificações. Optei pela descrição feita pela pesquisadora Lucia Santaella, para quem as *tecnologias da difusão* dizem respeito à era do rádio e da TV, turbinada pela cultura de massas e marcada pela transmissão via satélite; as *tecnologias do disponível* são as tecnologias de pequeno porte, ou mesmo *gadgets*, para atender públicos específicos. Integram essas tecnologias a televisão a cabo, o vídeo cassete, as máquinas de Xerox; as *tecnologias do acesso* dizem respeito ao império do computador, cuja evolução envolve projeto, memória, linguagem, circuito lógico. A sua principal característica é o advento da Internet; e as *tecnologias da conexão* contínua são constituídas por uma rede móvel de pessoas e de tecnologias nômades que operam em espaços físicos não contíguos.

Embora o termo ganhe novo frescor, bafejado pelos ares da tecnologia, a sua aparição é fruto dos ideais de modernidade, onde *vontade de verdade* e *transparência* foram os *slogans* que traduziram o espírito do tempo. Nesse contexto, a atividade jornalística foi uma das mais abalizadas expressões de uma sociedade sequiosa por partilhar e tornar públicos os eventos:

Extraí-se do fragmento acima as condições sociohistóricas que possibilitaram ao termo *transparência* uma assídua presença no léxico comum da política. Advirta-se, porém, para o fato de que ao contrário do exercício da *transparência* nos dias de hoje (em consórcio pleno com a vida privada), a *vontade de transparência* que funda as sociedades modernas vincula-se àquilo que é de *interesse público* e ao que procede das regras do exterior para o interior (ao contrário da *visibilidade* de agora em que o interior, sem espelhamentos, invade o exterior). Relembremos: era o momento de desmoronamento do império do segredo, antes de domínio da Igreja Católica. A ascensão da burguesia aspira à *transparência*, tudo deve ser exposto, mostrado, denunciado.⁴

Ligados em um circuito de contatos permanentemente ativado, mergulhamos profundamente no oceano de informações da sociedade transparente, acrescentando ao gigantesco banco de dados imagens particulares, que atendem graciosamente ao culto personalista, à *visibilidade* incessante. Tornar-se opaco, num mundo como esse, é decretar a própria morte, reza a cartilha da hiperexposição. *A fortiori*, as redes sociais ilustram essa sede por mais e mais *visibilidade*: somos levados a publicar uma enxurrada de informações na plataforma que não cessa, nem dorme, onde tudo jorra em fluxo contínuo. Nesse palco em que as cortinas não se fecham, falamos prodigiosamente das nossas vidas privadas: à nossa frente desfilam diários pessoais, declarações amorosas, discursos enviesados endereçados a antagonistas, exposição do nosso estado de humor, psicologia ingênua e barata sobre a vida em suas múltiplas dimensões...

Pode-se, com razão, objetar que o triunfo da *imagem* sobre a *personalidade*, da *aparência* sobre *essência* não é especificidade de nossa era contemporânea. Excetuando os critérios do *interesse público* e do “gesto que procede do exterior para o interior” itens que marcaram a aurora da sociedade moderna, a exploração das imagens tanto em

⁴ Escusado dizer que a ascensão desse tipo de sociabilidade, marcada pela *transparência*, não recobre todas as experiências do mundo. É um fenômeno do século XVII que recorta o mapa das chamadas ocidentais. Quando deslocamos nosso olhar para outras formas legítimas de gestão da vida, vemos que as chamadas sociedades tradicionais, talhadas pelo religioso, mantêm o império do segredo como uma dinâmica vital para a trama social e política.



tempos pretéritos quanto no presente são elementos de uma mesma equação. Destaquemos a descrição do sociólogo Nobeit Elias sobre a sociedade de corte e veremos que o jogo das aparências e o investimento na imagem foram prerrogativa importante para a aristocracia, fundada numa dinâmica social regida por trocas de interesses, gerenciada pelas regras de etiqueta.

Conclusão inadiável: o que singulariza a sociedade contemporânea não é a exploração das aparências, da imagem pessoal, mas a espetacularização dessa imagem, convertida em sucessivos *selfies*, requerendo sempre atenção pública numerosa e tendo, normalmente, uma multidão de consumidores da (aparente) subjetividade alheia. Pensamos em espetáculo da forma que foi concebido pelo francês Guy Debord para quem o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens. Debord denuncia a capilaridade virulenta do espetáculo, porque capaz de recobrir o mundo, onde a mercadoria converte tudo em imagem que se infiltra insidiosamente nas nossas formas de concepção do mundo e de nós mesmos.

Contrariando os prognósticos dos que veem na sociedade da transparência algo positivo, uma etapa importante do processo democrático, onde é possível o exercício da liberdade e combater mais facilmente a corrupção, alguns autores, entre eles o proeminente filósofo sul-coreano Byung-Chul Han apontam o outro lado da moeda da hipervisibilidade. Em *A sociedade da transparência*⁵ diz Chul Han: “a obsessão com a transparência manifesta-se não quando se procura a confiança, mas precisamente quando esta desapareceu e a sociedade aposta na vigilância e no controle”.

Apoiado em Foucault, Byung-Chul Han afirma que a transparência da rede permite a vigilância invisível de um vasto número de pessoas por um pequeno número de interessados. As empresas como o *Google* assim como as *redes sociais* tendem a converter-se num grande panóptico.⁶ Mais do que cultivar o espaço da liberdade, o

⁵Byung-Chul Han é também autor de *A agonia de Eros* e *A sociedade do cansaço*, todos publicados pela editora Olhos d'água.

⁶Analisado por Foucault em *Vigiar e punir*, o panóptico é um mecanismo clássico do exercício do poder e controle, pensado pelo jurista britânico Jeremy Bentham, no final do século XVIII. Era originalmente um projeto de prisão modelar, em que os prisioneiros estariam sempre vigiados pelo encarregado da vigilância, situado numa torre central. O poder, com a figura arquitetônica do panóptico, não seria mais exercido por intermédio de uma pessoa ou instituição. O panóptico desindividualiza o poder, livra-o do arbítrio do inspetor, do xerife, do chefe, transformando-o numa máquina anônima. Sofística as relações de disciplina, que substitui a relação de soberania. A vigilância é o principal combustível das redes sociais e do *Google*, por exemplo.



Google e as *redes sociais* nos transformam em presas fáceis do capitalismo num jogo que acedemos sem resistência e, normalmente, com patente fascinação.

Inevitavelmente, a discussão sobre transparência-opacidade nos encaminha, nas rotas que se bifurcam, para as discussões sobre a noção de arquivo, nosso próximo ponto de parada.

ARQUIVO: A ORGANIZAÇÃO DO DIZER E DO DITO

O RASTRO, O TRAÇO, A ESCRITURA: IMBRICAÇÕES DOS REGISTROS ORAL E IMPRESSO

Então eu acho que nós temos, os mais velhos, esse desafio de tentar organizar minimamente as ideias, ainda que precariamente, de oferecer para as próximas gerações o acúmulo dessa construção coletiva que nós chamamos de movimento negro, o acúmulo das nossas práticas educacionais, pedagógicas, na confrontação do racismo na sociedade. Eu estou preocupada, de maneira geral, com a preservação desse patrimônio. Nutro o sonho de termos institutos de formação política, de resgate de autores, pensadores, líderes políticos que foram importantes na formação da nossa consciência negra, e que não estão disponíveis. (Carneiro, Sueli. In: Borges, Rosane, 2009, p. 21).

O depoimento da feminista negra, intelectual e filósofa Sueli Carneiro aponta para uma situação de falta, de ausência, nas fronteiras do cânone, do pensamento negro brasileiro. Para ela, o acúmulo das práticas educativas e pedagógicas do movimento negro e de seus agentes habita as margens, as brechas da chamada *intelligentsia* nacional. Como se lê, Sueli Carneiro vê nessas ausências um chamado a uma urgente tarefa política, capaz de preencher as lacunas deixadas pelo silenciamento imposto a importantes vozes, moduladas pelo fundamento racial, que enunciaram um projeto de país.

Na senda de um dos nomes mais importantes da intelectualidade brasileira, é preciso, assim, apostar na possibilidade de abertura de rotas, cogitadas nas brechas abertas por aqueles pensadores e pensadoras; é fundamental tirá-las(os) das franjas dos discursos circulantes e dar visibilidade a um outro processo de escritura, atualmente tecido por *bites* na trama rizomática do hipertexto. A noção de escritura tem, aqui, uma



função estratégica, pois visa a anular a dicotomia infundada entre *oralidade* e *escrita*, quando o que está em causa é o patrimônio das populações negras, aqui e em África.

A escritora Conceição Evaristo é referência obrigatória para pensarmos no processo de escritura.⁷ Nela encontramos procedimentos paradigmáticos que se constituem em operador que inscreve as histórias na lápide da memória a partir das vivências que se movem numa plataforma verbo-visual (discursos orais, escritos e imagéticos). Escrita e vivência, para Evaristo, andam juntas, daí a emergência da expressão *escrevivência* em sua obra.

Na escritora mineira se entrevê uma concepção de escritura que opera como um sistema, “um conjunto de unidades, funções e de forças” (Barthes, 1968) que possui autonomia interna com capacidade combinatória para poder relacionar-se com unidades significativas maiores ou menores, permitindo que dela se colha outras redes significantes. *Becos da memória* e *Ponciá Vicêncio*, dois romances bastante conhecidos da escritora, consagram o método da *escrevivência*, com relatos memorialísticos que reatualizam o passado, tecem o presente e organizam o futuro. *Escrevivência* poderá, assim, suportar um modelo de escrita sobre histórias silenciadas, negadas, vilipendiadas, para além do sítio literário.

A cena verbo-visual de algumas narrativas colhidas de vários registros (literário, histórico, sociológico, filosófico) põe em relevo as discussões sobre o *oral* e o *escrito*, nem sempre vistos como um par solidário. A repisada sentença de que a civilização africana e sua descendência assentam-se somente na oralidade mostra-se um essencialismo que reduz ao extremo o dinamismo da produção simbólica do continente. Um dos principais pensadores africanos, Joseph Ki-Zerbo,⁸ natural de Burkina Fasso, assinala que a escrita sempre foi uma materialidade significativa presente em África, e que a oralidade, antes de ser um traço “originário”, é fruto de situações contingenciais, tais como a imposição do nomadismo a tribos e comunidades fixas. Os registros escritos em África, garantem pesquisadoras(es), perdem-se nas noites do tempo. Distanciando-se de um corte essencialista, o filósofo e professor Renato Nogueira assinala que o pluriverso cultural africano é vasto. Em entrevista, esclarece:

⁷É francamente conhecido o conceito formulado por Roland Barthes em *O grau zero da escritura*. A *escritura*, sendo intransitiva tem sua ênfase no fazer, criar, nas regras internas, nos procedimentos de *escrita*. Jacques Derrida e Jacques Lacan também elaboraram conceitos em relação ao termo.

⁸Ki-Zerbo é mundialmente conhecido pela edição da *História Geral da África*, um compêndio que se tornou referência para os estudos que partiram de perspectivas diferentes das adotadas pelo relato do colonizador, estrangeiro, explorador...



Conforme afirma Diop, existe algo em comum entre os povos africanos do mesmo modo que nas culturas ocidentais pode-se identificar alguns elementos razoavelmente constantes. Penso que existe muito desconhecimento sobre os povos africanos. O livro *Etno-História do Império Mali* de José Lampréia pode se juntar ao arsenal de trabalhos organizados pelo historiador africano Joseph Kizerbo e de tradicionalistas como Hampâte Bá para elucidar que existiam sociedades como o Império Mali, entre os séculos VIII e XVII. A historiografia africana aponta que no século XIV existiam 150 escolas e uma universidade na cidade de Tombuctu, com um vasto acervo em suas bibliotecas. Abdel Kader Haidara tem feito um belo trabalho tentando salvar a vasta documentação que grupos fundamentalistas querem destruir. **Ora, faço esse comentário para explicar que existem registros escritos e orais no continente africano.** Eu percebo que pouco se fala a respeito do material escrito dos séculos XIV, XV e XVI. Sem contar o vasto material egípcio de 2780 até 330 antes da Era Comum, conforme catalogado por Théophile Obenga. (<http://www.geledes.org.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/#ixzz3fuaHj8W4>. Último acesso: 12 de julho de 2015). [Grifos nossos].

Ao afirmar que o *escrito* e o *oral* sempre coexistiram em África, Noguera corrobora o que afirmam Ki-Zerbo e Jacques Derrida. Para este último foi na África e na China que a escrita não-fonética (aquela que não tem relação com a palavra, com a representação da fala) primeiro se instalou; afirma, ainda, que o Oriente se ordenou segundo outros fundamentos filosóficos, bem diferentes dos que foram estabelecidos no Ocidente. Da mesma forma, a escrita hieroglífica egípcia se destacou na Antiguidade, marcada pelo seu caráter não-fonético, ideogramático. Como explica Foucault:

A escrita alfabética já é em si mesma uma forma de duplicação, pois representa não o significado, mas os elementos fonéticos que o significam. O ideograma, pelo contrário, representa diretamente o significado independentemente do sistema fonético, que é um outro modo de representação. Escrever para a cultura ocidental, seria inicialmente se colocar no espaço da auto-representação e do redobramento: a escrita significando não a coisa, mas a palavra, a obra de linguagem não faria outra coisa além de avançar mais profundamente na impalpável densidade do espelho, suscitar o duplo deste duplo que é já a escrita... (1963, p. 49).

No encaixe das observações de Noguera, Ki-Zerbo, Derrida e Foucault podemos, assim, creditar à cultura ocidental o que foi comumente atribuído ao continente africano: uma estreita afinidade com a matriz da linguagem oral, calcada na hierarquia das materialidades significantes. A voz, como *phone*, inaugurou a metafísica ocidental, cimentada, desde Platão e Aristóteles, pelo logocentrismo e pela episteme. Pela voz, o ser se colocaria efetiva e imediatamente como presença, a voz seria a produtora dos primeiros símbolos e seria adjacente à alma. A linguagem escrita, rebaixada, serviria



apenas para fixar as convenções. A escrita seria algo da ordem do veneno e não do remédio, como asseverou Derrida em *A farmácia de Platão*.

Devem-se, assim, abrir brechas em uma nuvem de pensamento ainda demasiadamente densa e tentar dissipar a ilusão de que a oralidade é a única materialidade significativa presente na produção simbólica em África e nas culturas afro-brasileiras. De acordo com o crítico literário Antonio Candido:

nada mais importante para chamar a atenção sobre uma verdade do que exagerá-la. Mas também, nada mais perigoso, porque um dia vem a reação indispensável e a relega injustamente para a categoria do erro, até que se efetue a operação difícil de chegar a um ponto de vista objetivo, sem desfigurá-la de um lado nem de outro. (2000, p.5).

As fantásticas imbricações entre linguagens no tecido narrativo das diversas culturas africanas proibem as dicotomias, os hiatos frequentemente abertos entre a fala e a escrita. Aprendemos que a moderna associação do registro escrito à obra da aventura ocidental é, antes, fruto de relações de poder (armazenar informações tornou-se um valioso capital) e não reflexo de uma vocação genuína. O ponto de vista objetivo, do qual fala Candido, requer algum equilíbrio, sem deslizamentos nos extremos: entre reconhecer a oralidade como uma matriz importante em África e insistir em caracterizá-la como um continente ágrafo, vai um abismo. Tal reducionismo responde, antes, a formas de racionalidade que organizam maneiras de dizer e fazer, encobrando as disputas pela história e pela memória. Fixemos: para o escritor moçambicano Mia Couto, na dinâmica da narrativa interessa *quem conta e como conta!*

MEMÓRIA, HISTÓRIA E SABER

Postas essas observações, voltemos ao desafio desenhado por Sueli Carneiro. A tarefa a que ela se “autodelega”, enredando as gerações mais jovens, nos redireciona para as tramas escriturais em voga e suas formas de propagação. Se considerarmos crível o perfil da sociedade nos moldes em que esboçamos acima, é preciso tensionar a circulação do patrimônio africano e afro-brasileiro sob a regência da sociedade transparente, da cultura da conexão e do propagável, onde tudo circula.

Como estamos a testemunhar, tudo que se move é incitado a se mostrar, a romper a fronteira da opacidade. As coisas do mundo parecem estar ao nosso alcance



nas tramas escriturais das mídias digitais. Para utilizar expressão frequente nas redes sociais: Só que não! O problema central que motiva a produção deste artigo (invisibilidades ou visibilidades que apenas costeiam as zonas de circulação de informações na Internet) encontra na avaliação de Sueli Carneiro um ponto nevrálgico. Há um patrimônio, que irradia dos saberes de povos historicamente discriminados, que permanece, em muitos casos, intacto, inabordável e inencontrável nos bancos de dados materiais e digitais.

Sueli Carneiro exprime uma vontade de saber, uma vontade de memória que incide na vontade de poder, ou seja, sua fala incide nos regimes de poder-saber, na letra foucaultiana. A herança de conhecimentos possibilita que as pontes entre *o ontem* e *o hoje* se estabeleçam em favor dos avanços da reivindicação negra. Em continuidade ao depoimento desta filósofa e feminista negra:

Há uma debilidade dos nossos registros. E isto tem conseqüências negativas para a militância, na medida em que as pessoas sempre chegam achando que têm de inventar a roda e acabam por reproduzir ações já experimentadas. Eu sempre fico apreensiva com o fato de que nós não temos toda a obra do Abdias do Nascimento plenamente disponibilizada. Outro dia, chegou uma professora de uma universidade canadense, uma orientadora, que estava interessada na obra do Abdias. O Abdias do Nascimento é considerado internacionalmente um dos grandes nomes do pan-africanismo, e não existe correlação dessa importância internacional com a reverberação que ele tem no Brasil, para ficar num exemplo mais emblemático. Então é preciso um esforço de todos nós, (...), para tornar disponíveis pensadores como Abdias do Nascimento, Kwame N'Kruma, Lumumba, Amílcar Cabral, Samora Machel, Senghor. Há um patrimônio político e diaspórico que não chega facilmente para nós. É um sonho construir essa memória, me ocupar com essas coisas, facilitando, assim, que isso chegue facilmente às próximas gerações militantes. Essa é uma questão da maior importância, porque o pensamento desses intelectuais continua absolutamente imprescindível para conhecermos nossa trajetória como um povo vilipendiado e, sobretudo, para preservar a memória da resistência, que está na África e em todos os continentes. É inadmissível a gente não ter o trabalho de Lelia Gonzalez organizado numa publicação, **disponibilizado na internet**. Para mim, essa tarefa é parte de um desafio importante, de construção e preservação da nossa memória, a memória das nossas lutas, da nossa resistência no Brasil e no mundo. Essa é uma questão ainda me mobiliza muito. (*Op. cit.*, p. 99-100). [Grifos nossos].

Elabora proposta semelhante outro intelectual e ativista do movimento negro, Edson Lopes Cardoso, para quem é preciso trazer à superfície nomes de pensadoras e pensadores negros e dar-lhes o devido reconhecimento na construção do projeto de Nação. Edson Cardoso avalia que constitui perda lastimável a invisibilidade do conjunto de técnicas de sobrevivência posto em marcha pela população negra no pós-escravidão;



conjunto que afigura-se, sem dúvida, como estratégias que não foram inventariadas em favor de uma memória política de um país. Lélia Gonzalez, atualmente alvo de vários empreendimentos voltados para a disseminação de seu pensamento e obra, também fez do reconhecimento da história negra africana e afrodiaspórica uma importante plataforma política.

Um patrimônio, do modo a que se referem Sueli Carneiro, Edson Cardoso e Lélia Gonzalez, supõe um arquivo que acolhe vultos muitas vezes agrupados, por força dos sistemas de exclusão, em arquipélagos no continente das narrativas oficiais: Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Luiza Bairos, Helio Santos, Neusa Santos, Carlos Alberto Medeiros, Jurema Werneck, Vanderlei José Maria...Vultos que estabelecem laços com nomes da diáspora: Angela Davis, Patricia Hill Collins, KwameN´Kruma, Lumumba, Amílcar Cabral, Samora Machel, Leopold Senghor...Arquipélagos que resistem também em outros departamentos dos sistemas de pensamento (matemática, astronomia, tecnologia), que inauguraram novas formas de apreensão do conhecimento, tais como Maria Firmina dos Reis (autora do primeiro romance brasileiro), Lima Barreto, João do Rio (precursor da reportagem no Brasil). Subsumidos no meio das acumulações de exemplos dos nomes oficiais, tais personagens não figuram no panteão das referências consagradas. Foucault nos ajuda a pensar nesse jogo de invisibilidades por meio da noção de arquivo:

Conjunto das condições que regem, em dado momento e em determinadas sociedades, a aparição de enunciados, sua conservação, os nexos que se estabelecem entre eles, a maneira em que se os agrupa em conjuntos estatutários, a função que cumprem o jogo de valores ou de sacralizações que os afetam, a maneira em que estão involucrados nas práticas ou nas condutas sociais em que são rechaçados, esquecidos, destruídos ou reativados. (1994, p. 45).

O arquivo do mundo foi edificado soterrando saberes, silenciando vozes, obliterando alguns nomes, desvalorizando tantos outros. Mas, o que “subsiste dos canteiros de escavações não permanece por muito tempo como material inerte”, o que justifica o fato de que o pensamento de uma época se embrenha às vezes por circuitos inéditos e esquecidos pela historiografia dominante. Saídos dos limbos dos tempos, alguns nomes, resistentes, insurgem-se. Joseph Ki-Zerbo considera o arquivo um lugar material e simbólico indispensável para que a África fale dela própria:



Outra exigência imperativa é de que a história (e a cultura) da África devem pelo menos ser vistas de dentro, não sendo medidas por réguas de valores estranhos... Mas essas conexões têm que ser analisadas nos termos de trocas mútuas, e influências multilaterais em que algo seja ouvido da contribuição africana para o desenvolvimento da espécie humana. (2010, p. 13).

Insiste o pensador burquinês que o registro sobre a África deve ter na perspectiva interna um vetor político importante, considerando que as narrativas que se espalharam mundo a fora tiveram, normalmente, o olhar e a mão estrangeiros como protagonistas das histórias contadas: “nos quais o registro da história coube às várias “gerações de viajantes, de traficantes de escravos, de exploradores, de missionários, de procônsules, de sábios de todo o tipo, que acabaram por fixar sua imagem no cenário damiséria, da barbárie, da irresponsabilidade e do caos”. (Id. Ibid., p. 31).

Maria Raymunda Araújo, mais conhecida como Mundinha Araújo, historiada e ativista do movimento negro no Maranhão, empreendeu uma jornada historiográfica e arqueológica no Arquivo do Estado, onde fez emergir camadas de história que se depuseram sobre importantes acontecimentos; Mundinha recuperou “um passado recusado, jogado fora” e apresentou material valioso para a compreensão da dinâmica da discriminação e exclusão do negro no Maranhão. Resulta de suas extensas pesquisas o livro *Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas – Negro Cosme: tutor e imperador da liberdade*”, uma contribuição magistral à historiografia das lutas do negro naquele Estado.⁹ Esta ativista foi responsável pelo reconhecimento de “Negro Cosme”, considerado pela história oficial como escória, bandido, criminoso, Mundinha, consegue, escavando profundamente nos arquivos, demonstrar que se tratava de um líder da Balaiada (a mais sangrenta revolta popular do Maranhão), um artífice da luta contra a escravidão no Brasil.

Michael Pollak em *Memória, esquecimento e silêncio* recupera as discussões de Maurice Halbwachs concernentes à memória coletiva, escandindo o caráter seletivo que lhe é próprio. Para o autor, a memória oficial é um fenômeno de dominação que não está ligado apenas ao Estado, mas a toda sociedade.

A etimologia nos ensina: o termo arquivo vem do latim *archivum*, lugar onde se guardam documentos, vincula-se ao surgimento da escrita nas civilizações do Médio Oriente, há cerca de seis mil anos. Engloba tanto um aspecto material, físico (institutos

⁹É autora também de *Insurreição de escravos em Viana* (1867), entre outras publicações.



de pesquisa, como citou Sueli Carneiro), quanto imaterial e simbólico (discursos, enunciados).

Pierre Nora certificou que arquivo são “*lugares de memória*”. Eis uma questão fulcral para este artigo: o historiador francês enfatiza que um *lugar de memória* deve possuir uma *vontade de memória*, deve ter em sua origem uma intenção memorialista, pois, sem essa vontade, esses arquivos seriam apenas “*lugares de história*”. Para Nora, os lugares de memória “nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos”. Como se constata, assertiva semelhante elabora Sueli Carneiro.

Aqui, mais uma vez confluências com Foucault. Para o teórico francês, arquivo é aquilo que pode ser enunciado, que pode ser dito. É um mecanismo que supõe dialogismo: “uma série de enunciados que o precedem e aos quais se refere, atualizando-os, além de estar associado a enunciados que o sucedem”..

O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe, organizado pela intelectual e feminista negra Jurema Werneck, pactua com o dialogismo, como expresso no próprio título. *Nossos passos...* traz à luz tempos passados impregnados de todas as reivindicações que penetram os poros das autoras-narradoras. Neste livro, mulheres negras escrevem história e constroem memória, propugnam uma narrativa nucleada pelas experiências próprias, ao modo de Aimé Césaire:

(...) queremos explorar os nossos próprios valores, conhecer os nossos próprios valores, conhecer as nossas forças por experiência pessoal, cavar a nossa própria profundidade, as fontes eruptivas do humano universal, romper a mecânica identificação das raças, rasgar os superficiais valores, abarcar em nós o negro imediato, plantar a nossa **Negritude** como uma bela árvore até que ela traga os frutos mais autênticos.

Esse caráter dialógico da memória supõe *fixação* (inscrição de enunciados na lápide do arquivo coletivo) e *mobilidade* (trânsito dos discursos nos suportes de transmissão). Tal condição nos leva a pensar nos suportes técnicos como uma dimensão importante para que a *vontade de memória* se realize e a criação de arquivos na sociedade hiperconectada seja generosa com o universo, considerando que essas duas atividades (fixação e mobilidade) aparecem unidas e combinadas, se condicionam mutuamente. Segundo Jean-Paul Sartre, “escrita e leitura são duas faces de um mesmo fato histórico” (2015, p. 32), o que confirma o caráter indissociável de ambas. “Sejamos



plurais com o universo!”. A ordem de Fernando Pessoa exige multiplicidade de arquivos com circulação nos meios de transmissão contemporâneos.

FIXAÇÃO E MOBILIDADE NA TRAJETÓRIA DOS SUPORTES DE TRANSMISSÃO

Computação em nuvem, *big data*¹⁰, possibilidades múltiplas e infinitas para guardar a memória do mundo... Num mundo que se tece por *bytes*, tudo tende a migrar para o espaço digital, provocando um volume incalculável de informações nas tramas da rede. Vivemos a era dos *petabytes* que, em grego, significa monstro. A estocagem em nuvem (*cloudcomputing*):

indica que a computação, voltada para serviços prestados ao usuário, está mudando de rumo devido à possibilidade de utilização de computadores menos potentes que podem se conectar à *web* e utilizar todas as ferramentas online, como por exemplo o *GoogleDocs*, *Gmail* e o *Photoshop*. Assim, o computador passa a ser simplesmente uma plataforma de acesso às aplicações que estaria em uma grande nuvem – a Internet. (Santaella, p. 30).

Inicialmente de domínio das grandes corporações, hoje a computação em nuvem faz parte do cotidiano de qualquer usuário, tornou-se o grande repositório dos nossos tempos. Essa nova lógica de *fixação* e *mobilidade* dos dados nos transporta para outro patamar de discussão. Nessa avalanche de informações, que desliza numa ambiência de “transparência universal”, é possível problematizar as questões postas por pensadoras e ativistas, como Sueli Carneiro, Edson Cardoso e Lélia Gonzalez e questionar de que forma reposicionar o patrimônio negro, do qual que são guardiões, de modo a alcançar *status de* expressiva visibilidade e ser um valor importante para o conhecimento humano.

São várias as provas que demonstram, inequivocamente, que a disponibilidade (*armazenamento*) e mobilidade (*circulação*) do arquivo no espaço digital obedecem a um processo seletivo que tende a manter, e até mesmo a acentuar, a invisibilidade de determinados grupos. Em conferência de abertura no “Festival Latinidades”, ocorrido

¹⁰Big Data é um termo amplo para conjuntos de dados muito grandes ou complexos que aplicativos de processamento de dados tradicionais são insuficientes. Os desafios incluem análise, captura, curadoria de dados, pesquisa, compartilhamento, armazenamento, transferência, visualização e informações sobre privacidade.



este ano de 2015 em Brasília, a professora da Universidade de Drexel, (EUA), Yaba Blay, ilustra como isso acontece corriqueiramente:

a beleza é algo construído socialmente, e confere privilégios para quem a detém. **Basta colocar a palavra beleza no Google que aparecem páginas e páginas, predominantemente de mulheres brancas.** “No contexto da supremacia branca, vemos que o poder funciona como hierarquia, onde o branco está no topo, associado ao belo, e a negritude, na base, associada ao que é bárbaro, negativo e feio”. “A beleza negra é uma questão política”, completa. [Grifos nossos]. (www.geledes.org.br. Último acesso: 24 de julho de 2015).

O oportuno exemplo dado pela renomada professora revela: para que uma informação alcance níveis desejáveis de circulação não basta depositar informações, conteúdos e dados. Mandatório se faz disputar os lugares de circulação que lá se instituem, almejar chegar aos chamados *top of minds* nas malhas da *web*. Ao lado deste exemplo, avultam muitos outros. Para não multiplicar casos, detenho-me só em mais uma ocorrência: ao buscar, também no Google, informações sobre *filosofia africana* um rol de informações e textos aparece para pôr na invisibilidade este tipo de filosofia; nas tramas da *web* nos deparamos com um quase deserto sobre o tema. O Google elenca informações, arrola textos para dar visibilidade à escassez ou aos impasses em torno da existência da filosofia africana, *mostra ocultando*, para usar expressão de Pierre Bourdieu:

A **Filosofia africana** é usada de múltiplas formas por diferentes filósofos. Embora diversos filósofos africanos contribuíssem para diversas áreas, com a metafísica, epistemologia, filosofia moral e filosofia política, uma grande **parte da literatura entra em debate para discutir se a filosofia africana de fato existe.** (Wikipédia.).

Existe mesmo uma filosofia voltada para os dilemas dos países do continente africano? É possível a afirmação de uma unidade filosófica africana? E se existe esta unidade, quais os conceitos essenciais que a caracteriza? Quais as marcas epistemológicas que a localiza?(...). (<http://www.pedraderaio.org.br/site/index.php/latest-items/artigos/item/342-existe-uma-filosofia-essencialmente-africana>).

Os profissionais do *marketing* e programadores de informática se apressam em justificar tais ausências e, assim, dar-lhes alguma solução: se o tema ou assunto não aparece em posições privilegiadas nos sistemas de busca, por exemplo, é preciso, dizem eles, criar indexação adequada, o máximo de referências possíveis (*links*), palavras-



chave, *meta-tags*... Sob os auspícios dos gestores de tecnologia, o banco de dados¹¹ se presta a abrigar tudo e, mais do que isso, a se auto-organizar de acordo com as demandas do usuário. Quem ainda não passou pela experiência de ser alvo das escolhas prestimosas do sistema para atender a gostos individuais? Quando se assiste a um filme na *Netflix*, por exemplo, o sistema gentilmente nos diz: “Com base no que você assistiu escolhemos para você esse e aquele filme”, e por aí vai. Esse sistema com “vida própria” não é alimentado apenas por arranjos cegos operados pelas combinações algorítmicas. Uma parte significativa da paisagem de dados por onde trafegamos é modulada:

por algoritmos que alimentam-se de nossas ações, alegam aprender com elas e nos ofertam uma paisagem personalizada que projeta o que supostamente desejamos ver, consumir, ouvir, ler, conhecer preferencialmente. Tais algoritmos, nutridos por imensos volumes de dados variados e dinâmicos, animam a vida secreta das tecnologias, ambientes, plataformas e serviços ditos inteligentes. Tão *smart* quanto opacos. (Seminário A vida secreta dos objetos, julho de 2015).

Essa opacidade responde a escolhas que não são meramente técnicas e nos liga a discussões que repousam em outros lugares contíguos à política. O antropólogo indiano Arjun Appadurai, expoente dos estudos sobre modernidade e globalização, esclarece que o sistema geopolítico cria hierarquias que dificultam a participação de alguns grupos e nações. Para além da amplitude do capitalismo multinacional, Appadurai sustenta que:

objetos culturais, incluindo imagens, idiomas e estilos de cabelo agora se movimentam muito mais rapidamente através de limites regionais e nacionais, graças a expansão de mercados alternativos, ilegais ou não autorizados: “esses circuitos subterrâneos e genuínos – que servem às necessidades de povos menos afluentes ou marginalizados – pegam carona em sistemas de intercâmbio que decorreram do processo de globalização (...).

As redes sociais ilustram, de forma lapidar, contrafluxos de informações que dão visibilidade a grupos subalternizados, que se convertem em sujeitos de seus próprios discursos, fiadores da circulação de seus textos. Sites, plataformas, blogs e uma

¹¹ “O banco de dados comumente é definido como uma coleção estruturada de dados. Os dados armazenados em um banco de dados são organizados de forma a permitir agilidade na busca e na recuperação por um computador, ou seja, não há nada além de uma simples coleção de itens. Diferentes tipos de bancos de dados – hierárquico, rede, relacional e orientado para objetos – usam diferentes modelos para organizar os dados”.



quantidade razoável de informações se inscrevem nas tramas rizomáticas da internet, direcionadas a comunidades-nicho, almejando superar as lacunas, os vazios, as poucas recorrências de temas relacionados à história e cultura negras.

No livro que se tornou célebre, *O viés da comunicação*, Harold Innis faz didática distinção entre *mídias pesadas e duráveis* (pedra e mármore), que se prestam ao armazenamento, e *mídias leves* (papiro), pensadas para serem facilmente transportáveis, permitindo rápida propagação por meio de áreas geograficamente dispersas. Pedra, mármore e papiro designam funções desempenhadas por mídias contemporâneas, como o papel e os dispositivos móveis – mídias que se tornaram a senha para as disputas pelo reconhecimento que são, ao fim e ao cabo, disputas pela memória.

“AQUILO QUE NÃO SE PROPAGA MORRE”

Henry Jenkins, considerado o papa dos estudos sobre convergência e transmídia, apresenta em seu mais novo livro, *Cultura da conexão* (2014), um roteiro que irá, doravante, iluminar nosso percurso e através do qual extraímos o título deste item.

Compartilhar se tornou uma das tarefas mais comuns em nossos dias, uma atividade tão banal quanto escovar os dentes. A propósito, não foi à toa que os executivos do Google declararam: “Todos nós do Google, queremos criar serviços que as pessoas em todo mundo possam usar duas vezes por dia... assim como uma escova de dentes! E nós estamos nos esforçando para fazer esses serviços bonitos, simples e fáceis de usar”.

A cultura participativa atingiu seu ápice com a emergência da figura do *prossumer* (produtor + consumidor de informação), o principal responsável pelas trocas incessantes na rede. Tudo ou quase tudo é compartilhado de maneira informal e instantânea; uma ampla variedade de ferramentas de comunicação *online* está aí para facilitar e estimular essa tarefa.

O jogo comunicativo que nos incita a compartilhar dados e informações a todo tempo e lugar só foi possível porque, graças ao advento daquelas ferramentas, sucedeu outra mudança significativa: do padrão de *distribuição* (modelo comum às mídias de massa do século XX) para o de *circulação*. Nesse novo padrão, não somos seres passivos à espera do que os jornais vão distribuir, do que a TV tem a nos dizer/mostrar, mas sujeitos partícipes de uma rede em que tudo circula:



o público molda, compartilha, reconfigura e remixa conteúdos de mídia de maneiras que não poderiam ter sido imaginadas antes. E estão fazendo isso não como indivíduos isolados, mas como integrantes de comunidades mais amplas e de redes que lhes permitem propagar conteúdos muito além de sua vizinhança geográfica. (Jenkins, 2014, p. 24).

Eis um ponto importante para o adensamento da Lei 10.639/03. Nesse cenário, insinua-se uma dupla tarefa: além de iniciativas destinadas à produção de materiais, ao registro escrito, é preciso criar estratégias para circulação do que está inscrito, armazenado, do que está disponível nos arquivos digitais e físicos. Fala-se, à exaustão, em conteúdos que grudam, nas práticas de propagação que fazem com que este ou aquele tema alcance estatuto exponencial, viral. Ao invés de conteúdo viral, Jenkins prefere o termo conteúdo propagável: “(...) estamos nos referindo não apenas a esses textos que circulam amplamente, mas também àqueles que alcançam um engajamento particularmente profundo dentro de uma comunidade-nicho”. (Id. Ibid., p. 48).

Ter a qualidade de propagável ou viral depende, como vimos, de uma rede intrincada cujos nós não se entrelaçam apenas na instância técnica. A cultura da participação supõe vinculação. Para se vincular, consideram os filósofos do diálogo (Martin-Bubber, Emanuel Lévinas, Muniz Sodré), é preciso que cada um perca a si mesmo, pois ser é *ser com*. A comunicação, etimologicamente, advém daí (pôr em comum, estar em comunhão...). A vinculação, dizem eles, é condição originária do ser. A circulação do patrimônio africano e afro-diaspórico apenas em comunidades-nicho (grupos de ativistas, pesquisadoras[es] da área) é um flagrante da ausência de vínculos, de reconhecimento do Outro. (cf. Borges, 2008).

Jenkins e outros autores apoiam-se no conceito de economia do dom, ou da dádiva, para avaliarem a dinâmica da cultura participativa:

As obrigações sociais que os usuários das mídias digitais sentem uns em relação aos outros, dentro dos grupos de audiência, podem ser tão importantes para a compreensão de como e por que a mídia se propaga quanto de como se dão as relações econômicas entre produtores e audiência (Id. Ibid., p. 94).

O conceito provém da antropologia de Marcel Mauss, no seu clássico trabalho *Ensaio sobre a dádiva*. Se, como diz Kristeva, “não há sociedade sem linguagem tal



como não há sociedade sem comunicação”¹² (1999, p. 18), a troca tal como foi pensada nos estudos comparativos de Mauss é fundamental para se pensar a comunicação, pois “tudo o que se produz como linguagem tem lugar na troca social para ser comunicado” (Id. Ibid.). Mauss empreende análise acurada das sociedades arcaicas, onde verifica que a troca é um *fato social total* porque o que importa não são as coisas trocadas, mas a própria troca em si, que supõe ritos, cortesias, festins, serviços, danças, mulheres, crianças, regras de interesses que determinam que as ofertas recebidas sejam, obrigatoriamente, devolvidas. Mauss encontrou os fios do novelo da lógica da reciprocidade e do intercâmbio.

Guardadas as devidas diferenças, a *economia do dom* na lógica capitalista das mídias digitais desempenha um papel fundamental, torna-se central para as relações no mundo *online*. Considerando a informação a moeda mais valiosa da *web*, o teórico Howard Rheingold sopesa que a propagação generalizada do conhecimento é uma maneira de retribuir à comunidade mais ampla: “quando existe aquele espírito [o de compartilhamento], todos obtêm alguma coisa extra, pequena que seja, uma pequena fagulha, a partir de suas transações mais práticas” (2013, p. 31). Ainda segundo Rheingold, as comunidades de rede orientadas pelas obrigações mútuas, motivadas pela doação de tempo e ideias, suplantaram a cultura de *commodity* –até bem pouco tempo atrás, uma prioridade para a formação das primeiras comunidades *online*. Dom, dádiva, gera valor simbólico, mérito, significado; *commodity* gera valor monetário.

Parece, assim, produtora, numa cultura digital, ainda marcada pela *web 2.0*, em que todas as coisas devem gerar lucro, ser vistas como *commodity*, criar, nesta ambiência, uma economia da dádiva em que a produção do saber e a cultura participativa sejam habitadas pelas múltiplas vozes e olhares que entretecem a produção, armazenamento e circulação do patrimônio negro. Persistimos: mais do que uma simples questão de combinação técnica, responsável por dinamizar e estruturar os bancos de dados, a pouca visibilidade da produção do saber de povos historicamente

¹²Entender a realidade social como comunicação implica em perceber o movimento das trocas, pois esse intercâmbio acena para o próprio sistema social. Comunicação e troca são termos dependentes e indissociáveis. Nelas se entrevê o expediente do reconhecimento e da alteridade. “O que caracteriza a ordem simbólica é o processo de troca sob o termo substituição: troca de um real pelas palavras que delineiam a realidade, troca de bens pelos valores correspondentes a ele consignados...”. (Gomes 2000,p. 3).



excluídos na *web* é fruto de uma tenaz resistência em se reconhecer o Outro em seu rico mosaico que lhe dá estatuto e existência.

AO FINAL DO PERCURSO, MAIS ALGUMAS PALAVRAS

Retomando as ideias-estrela que constituíram a espinha dorsal deste artigo, algumas observações, com ar de advertência, se levantam. Todo o nosso esforço esteve direcionado para pensar o arquivo sobre a história do negro em sua globalidade e as possibilidades de inserção e circulação desse arquivo nas malhas hipertextuais da Internet, o grande território imaterial largamente compartilhado. A despeito do volume considerável de informações circunscrito a esse arquivo, constata-se pouca ou nenhuma circulação de dados concernentes ao universo negro-africano, para além das chamadas comunidades-nicho. Essa comprovação, conforme pudemos perceber, alinha-se às advertências históricas de intelectuais e ativistas negras e negros que adotaram o problema do registro como nexos prioritários para o enfrentamento do racismo, apontando as invisibilidades que pairam sobre uma produção da lavra de pensadoras(es) africanas(as) e de personalidades da afro-diáspora.

No âmbito de nossas investigações, instalamos a equação desse problema no par *armazenamento-circulação*, o que nos levou a tensionar a neutralidade da técnica, com a convicção de que a tecnologia não tem vida própria, mas responde a questões que a antecedem e ultrapassam. O problema das linguagens tecnológicas é, antes, um desafio para a Linguagem, lugar onde moramos, em que cada um de nós se aliena e se perde tão logo se diz Nela, sempre ligada à dimensão do simbólico. Na dobradura própria da Linguagem (instrumento do comunicar e instituinte do humano) divisamos as possibilidades do *armazenamento* (escrita, inscrição) e da *circulação* dos discursos, modalidades que compõem um arquivo, embaladas por um movimento dinâmico, em estreita afinidade, distante das dicotomias que enxergam alternâncias.

Ao invés de se orientar por antinomias, tão comum na tradição ocidental, o conhecimento africano é preñado de metáforas que nos franqueiam a execução desse propósito sem estabelecer hierarquias. Tornou-se proverbial o embate entre Heráclito e Parmênides, responsável por modular as alterações sobre o Ser. Para Heráclito, “ninguém entra em um mesmo *rio* uma segunda vez, pois quando isso acontece já não se é o mesmo, assim como as águas que já serão outras”; tudo é visto em permanente



fluxo, em contínua mutação. Já em Parmênides a mudança e o movimento são meras ilusões, o Ser autêntico é único, imóvel, imutável, eterno.

O conhecimento africano também adota a metáfora do *rio*, um dos símbolos mais poderosos que ilustram a efemeridade e transitoriedade da vida, presente em todas as culturas, cristalizado universalmente; só que desta feita para apontar uma relação inextricável com a *casa*, que acomoda e acolhe. O *rio* corresponde a evanescência da matéria e a irreversibilidade corrosiva e trágica do tempo. A *casa* concerne ao abrigo e à permanência. Não há rivalidade entre eles, ambos laboram para a constelação simbólica do fazer humano.

Nessa inevitável articulação entre *rio* (o que circula, o que se propaga) e *casa* (o que se armazena, se fixa e se escreve) encontramos as trilhas abertas para a reformulação do arquivo do mundo, inscrevendo nele uma história ainda à espera de ser escrita e/ou propagada, porque, como nos ensina poeticamente Aime Cesaire: “não é verdade que a obra do homem está acabada, que não temos nada a fazer no mundo, que parasitamos o mundo, que basta que marquemos o nosso passo pelo passo do mundo... ao contrário, a obra do homem apenas começou (...).”

Se somos “a letra da palavra que nunca se completa”, como diz a psicanálise, talvez, por isso, estejamos todas(os) engajadas(os) na tarefa inadiável de (re)construir, letra a letra, uma História que não se finda, mas que reclama por alguma representação.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. Introduction: commodities and the politics of value. In: _____ (ed.). *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. [A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural].

ARAÚJO, Mundinha. *Em busca de Dom Cosme Bento das Chagas, Negro Cosme: tutor e imperador da liberdade*. São Luis: Editora Ética, 2008.

_____. *Insurreição de escravos em Viana, 1867*. São Luis: Sioge, 1994.

BARTHES, Roland. *O grau zero da escritura*. São Paulo: Perspectiva, 1984.

BORGES, Rosane da S. *Ficção e realidade: as tramas discursivas na TV*. 2008, 320f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *Sueli Carneiro*. São Paulo: Summus/Selo Negro Edições, 2009. (Retratos do Brasil Negro).

CESAIRE, Aime. *Diário de um retorno ao país natal*. 1994.



- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DERRIDA, Jacques. *A escritura e a diferença*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- _____. *A farmácia de Platão*. 3ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.
- EVARISTO, Conceição. *Becos da memória*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.
- _____. *PonciáVicêncio*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.
- FANON, Franz. *Pele negra, máscara branca*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- FLUSSER, Vilém. *Língua e realidade*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. São Paulo: Loyola, 1994 (Série Leituras Filosóficas).
- _____. *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Vozes, 1963.
- GONZALEZ, Lelia. "A cidadania e a questão étnica". In: TEIXEIRA, João Gabriel Lima (org.). *A construção da cidadania*. Brasília: Editora da UnB, 1986, p. 45-57.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: PUF, 1968.
- HAN, Byung-Chull. *A sociedade da transparência*. São Paulo: Olhos d'água, 2014.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- INNIS, Harold. *O viés da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. *Spreadable media: creating value and meaning in a networked culture*. New York: New York University Press, 2013.[Cultura da conexão].
- KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África*/editado por Joseph Ki-Zerbo. 2. ed. Brasília : UNESCO, 2010, p. 32.
- _____. *Para quando a África?: entrevista com René Holenstein*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006, p. 15
- KRISTEVA, Julia. *A história da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. São Paulo: Cosac &Naif, 2010.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1985.
- RHEINGOLD, Howard. *The virtual community: homesteading on the electronic frontier*. Reading, MA: Addison-Wesley, 1993 [A comunidade virtual].

SANTAELLA, Lúcia. *Cultura das mídias*. São Paulo: Experimento, 1992.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

WERNECK, Jurema. *O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000.

Hemerográficas

CARNEIRO, Sueli. “Mulheres em movimento”. *Estudos avançados*. v.17, nº 49, 2003c, p. 32-47

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, nº3, p. 3-15, 1989.

Sitiográficas

BLAY, Yaba. *Beleza é um ato político*. In: www.geledes.org.br

CARDOSO, Edson Lopes. *O lenço*. In: www.bradonegro.com

NOGUERA, Renato. *Afroperspectividade: por uma filosofia que descoloniza*. In: www.geledes.org.br

SODRÉ, Muniz. *Sobre os crimes de ódio*. In: www.observatoriodaimprensa.com.br

*Recebido em julho de 2015
Aprovado em setembro de 2015*